

Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas

Marilú Mourão Pereira*

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de apresentar os resultados de pesquisa realizada na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, onde se buscou analisar a trajetória acadêmica dos alunos com deficiência, que ingressaram pelo sistema de cotas, no período de 2002 a 2005. O objetivo deste estudo foi compreender o processo de implantação de cotas provenientes das ações afirmativas, no Ensino Superior, como possível contribuição para a inclusão do aluno com deficiência na Universidade. A abordagem metodológica foi do tipo qualitativo e os instrumentos utilizados. Além dos alunos com deficiência, este estudo teve como sujeitos alguns gestores que estiveram envolvidos com a temática na Universidade. O estudo desenvolveu-se a partir da identificação e caracterização dos alunos que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas, seguidas pela investigação e análise das trajetórias dos alunos com deficiências, durante o acesso e no decorrer do curso. Foram entrevistados 16 alunos com deficiência física, auditiva e visual, e dez gestores da Universidade. A implantação do sistema de cotas, para alunos com deficiência, nessa Universidade se constitui em uma ação política de acesso e democratização do Ensino Superior e está em consonância com os princípios Constitucionais, na garantia dos direitos das Pessoas com Deficiências. Isso, no entanto, não tem sido o suficiente, para assegurar a permanência desses alunos na Universidade. Os resultados evidenciam a ocorrência de dificuldades que se concentram no processo de ensino aprendizagem e a necessidade ações específicas, voltadas para essa parcela da população acadêmica.

Palavras-chave: Políticas de Ações Afirmativas. Educação Especial. Inclusão e Ensino Superior.

Inclusion in higher education: trajetórias acadêmicas of students with disabilities that entered state university in rio grande south by quota system

Abstract

This work intends to present the results of research done in the State University of Rio Grande do Sul, where he sought to analyze the academic trajectory of students with disabilities, who joined the system of quotas in the period from 2002 to 2005. This study aimed at understanding the process of implementation

* Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as pessoas com deficiência e altas habilidades no estado do Rio Grande do Sul/FADERS - Secretaria de Justiça e do Desenvolvimento Social.

of quotas from affirmative action in higher education, as a possible contribution to the inclusion of students with disabilities at the University. The methodological approach was kind of qualitative and instruments used. In addition to students with disabilities, this study was to subject some managers who were involved with the subject at the University. The study was developed from the identification and characterization of pupils who joined the university by quota systems, followed by research and analysis of the trajectories of students with disabilities, for access and during the course. We interviewed 16 students with physical disabilities, hearing and vision, and ten managers of the University. The deployment of the system of quotas for students with disabilities, this is a University as a political action and democratization of access to higher education and is in line with the Constitutional principles, guaranteeing the rights of Persons with Disabilities. This, however, has not been enough to ensure the permanence of such students at the University. The results show the occurrence of difficulties which are concentrated in the process of teaching and learning need specific actions, directed to that portion of the population academic

Keywords: Policies of Affirmative Action. Special Education. Inclusion and Higher Education.

Introdução

O presente estudo discute a questão da inclusão das pessoas com deficiências no contexto do ensino superior, a partir de políticas afirmativas, tomando como foco de análise a experiência desenvolvida em Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

O objetivo principal da presente investigação foi compreender o processo de implantação de cotas provenientes das ações afirmativas, no Ensino Superior, como possível contribuição para a inclusão do aluno com deficiência, na Universidade.

A escolha do tema da dissertação e o seu desenvolvimento constituíram, para mim, um enorme desafio, pelo elemento inovador que o caracteriza e, conseqüentemente, pelo cunho polêmico que pode assinalar. Este trabalho, entretanto, tentou trazer para discussões alguns pontos que considerei essenciais para o cotidiano daqueles alunos que ingressaram na Universidade pelo sistema de cotas.

O trabalho teve como ponto de partida a atual política de inclusão social e as políticas de ações afirmativas, que vêm redelineando o sistema de Ensino Superior no Brasil. Nessa direção, os aspectos considerados foram o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, na Universidade, como possibilidade de superação das práticas de exclusão social.

Nesse sentido, enfatizo alguns pontos merecedores de atenção, para a elucidação de aspectos relacionados às trajetórias acadêmicas vivenciadas por alunos com deficiência, que entraram no Ensino Superior através do sistema de cotas.

Método

A investigação foi realizada em uma Universidade pública, tomando como referência a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A proposta metodológica foi a pesquisa qualitativa, por considerar ser esta a mais apropriada para compreender as dimensões da realidade dos envolvidos na investigação. Os instrumentos utilizados, para coleta de dados, foram entrevistas semi-estruturadas individuais, compostas por questões abertas. Um instrumento estava voltado para os alunos e o outro para os gestores da universidade.

Conforme Triviños (1992), a entrevista semi-estruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as possibilidades, para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Esta modalidade permite ao entrevistador uma maior flexibilidade, na medida em que pode se alterar a ordem das perguntas e se tem ampla liberdade para fazer intervenções, de acordo com o andamento da entrevista (BLEGER, 1993).

Inicialmente, destaco o perfil dos alunos com deficiência que entram pelas cotas, que, na sua maioria, é do sexo masculino, perfil de gênero que representa 64,8% do total desses alunos. Dentre os 71 alunos que ingressaram na UERGS, pelo sistema de cotas, desde sua criação, 17 apresentam deficiências visuais; dois deficiência múltipla (DV e DF); seis alunos têm deficiência auditiva; e 42, a deficiência física. Um dos alunos apresenta uma alteração digestiva, e em quatro alunos não aparece nenhuma deficiência definida.

Entre os casos de deficiências físicas, foi possível identificar alunos com seqüelas de paralisia cerebral, distrofia muscular de Duchene, diferença no comprimento dos membros inferiores, amputações, seqüelas de poliomielite, síndrome de Turner, nanismo, encurtamento de membros inferiores, fissura labial congênita, agenesia de mão, hemiparesias e seqüelas de doenças e acidentes, que causam a limitação nos movimentos dos membros superiores, dentre outras.

No que diz respeito ao curso mais procurado, por esses alunos, destacamos três: Pedagogia, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial e Engenharia de Sistemas Digitais. A unidade que mais teve alunos com deficiência foi a Unidade de Guaíba, que é térrea, está adaptada nesse sentido, apesar de apresentar outras dificuldades do espaço ressaltadas pelos alunos. Nas entrevistas, também foi possível observar que os pesquisados tendem a pertencer a uma faixa etária mais alta que os demais alunos. Esses dados refletem uma realidade vivenciada por esse grupo de alunos, que, historicamente, foram

excluídos e acabam, na sua maioria, por ingressar tardiamente no Ensino Superior.

Dos 16 alunos que se formaram, nove apresentam deficiência física, cinco deficiência visual, um tem deficiência auditiva e um, deficiência múltipla. Dentre os alunos que abandonaram a Universidade, foi possível perceber que a maioria apresenta deficiência física, sendo que, em segundo e terceiro lugar, estão as deficiências visual e auditiva, respectivamente.

Alguns pontos emergiram durante as entrevistas. São eles: a escolha da universidade; as cotas; o apoio no vestibular; as experiências acadêmicas, incluindo aqui o relacionamento com professores e colegas; vantagens e desvantagens; o acesso a materiais; acompanhamento; avaliação; o acesso à universidade por meio de transporte; acessibilidade física; suporte e apoio; bem como a participação desse aluno em atividades curriculares e extracurriculares.

Um primeiro ponto que apresento é relativo aos fatores que influenciaram a escolha da Universidade. Nesse sentido, os aspectos mais citados como motivadores dessa escolha estão relacionados à gratuidade. Isso revela as dificuldades financeiras enfrentadas por esses alunos, exigindo da Universidade um olhar para além das deficiências. A questão econômica também tem contribuído para a evasão dos alunos, que, mesmo estando em uma Universidade pública, optam por abandonar os estudos, pela necessidade de se dedicar ao trabalho.

Apesar disso, a escolha do curso também é mencionada como um motivador para melhorar as condições e perspectivas profissionais.

Cabe ressaltar que a escolha também se dá pela localização da Universidade que é um ponto a destacar, já que essa Universidade foi criada com o propósito de responder a essas demandas locais. O Rio Grande do Sul é um estado com 496 municípios, muitos deles distantes dos grandes centros, onde encontramos maior número de Universidades públicas. Essa realidade dificulta, muitas vezes, o acesso ao Ensino Superior daqueles alunos que, além de situação econômica desfavorecida, apresentam as dificuldades pela deficiência. .

Um segundo ponto a destacar refere-se à implantação do sistema de cotas, que pode ser caracterizada, conforme esta investigação, como facilitadora e, também, como um possível sinal de discriminação. Percebi que esse assunto é pouco discutido na Instituição, talvez pelo fato de esta Universidade ter sido a primeira do Brasil a instituir o sistema de cotas, com um total de 60% das vagas.

A existência de cotas, nessa universidade, caracteriza, para a maioria dos entrevistados, uma oportunidade rara para pessoas com deficiência, que ficaram por muito tempo excluídos desse contexto. Foi possível observar que a existência das cotas foi um fator determinante, para o acesso à universidade na

maioria dos casos dos alunos com deficiência. Esse aspecto remete para o entendimento de que as cotas são um instrumento que pode contribuir no acesso de grupos que, historicamente, estiveram afastados do sistema educacional, principalmente no

Ensino Superior. Apesar disso, pude observar, também, em alguns depoimentos, um preconceito por parte dos alunos, relativo ao uso das mesmas. Isso denota a concepção de favorecimento e demérito das cotas, por parte desses alunos.

Quanto ao público-alvo para o sistema de cotas alguns alunos mostraram-se favoráveis às cotas para pessoas com deficiência e às cotas sociais, mas são explicitamente contra as cotas raciais. Em alguns casos, foi possível perceber o posicionamento contrário às cotas, por não acreditar que essas possam modificar a vida dos sujeitos com deficiência, sendo que esses pesquisados acreditam serem ilusórias, num contexto como o nosso.

Uma preocupação observada no estudo foi quanto aos critérios estabelecidos no processo de ingresso. Isso não é claro, para a maioria dos gestores entrevistados, que entendem que esse aluno tem outro tipo de critério de seleção. Foi possível perceber, entretanto, que os alunos que se candidatam para a reserva de vagas têm igualdade de condições, recebendo tratamento diferenciado apenas quanto às condições de atendimento, durante o vestibular, o que deve ser solicitado antecipadamente pelos alunos. Nesses aspectos, os alunos entrevistados sentiram-se apoiados, nas suas necessidades, durante o processo do vestibular.

Portanto, esses candidatos devem cumprir as mesmas regras, com mesmos conteúdos, forma de avaliação e pontuação mínima exigida para os demais candidatos. A diferença ocorre na classificação específica, pois existe a classificação geral e duas específicas, uma para a reserva para candidatos com hipossuficiência e outra para candidatos portadores de deficiência.

Além disso, outra questão pontuada, por alguns gestores entrevistados, foi quanto à caracterização da deficiência para o acesso na Universidade, pois eles criticam o fato de que “qualquer” deficiência pode entrar no regime de cotas. O estatuto da Universidade não apresenta definição a respeito de quem é considerado o “candidato portador de deficiência”, mas, nos editais, eles se respaldam no decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Os alunos entrevistados demonstram preocupação, no que diz respeito à permanência na Universidade e acerca do atendimento dos professores. Eles enfatizam a importância de maior flexibilidade no processo avaliativo, possibilitando, assim, que este esteja atrelado à realidade dos alunos. Além disso, consideram fundamental o acompanhamento dos alunos com deficiência que entraram pelas cotas, observando as realidades sociais e as condições da própria Instituição, para receber esse aluno.

Percebo, nos depoimentos dos alunos, as dificuldades enfrentadas no cotidiano acadêmico, em função da falta de suporte e apoio, no que se refere as suas limitações, por parte da instituição. Assim, muitas vezes, as alternativas partem dos próprios alunos, com ajuda e sensibilidade de alguns professores.

Para os alunos com deficiência física e visual, pude observar que o computador contribui muito no cotidiano acadêmico. Os computadores, contudo, nem sempre estão à disposição em sala de aula e, às vezes, não tem programa adequado para o aluno. Em outros casos, os alunos têm a disposição, mas não utilizam o equipamento, por falta de orientação.

No que se refere aos motivos da evasão dos alunos, tive dificuldade para entrevistar os alunos que abandonaram a universidade, por dois fatores. Primeiro porque muitos deles não têm os telefones atualizados e, segundo, porque nem sempre a Universidade tem esse registro. Os poucos contatos que consegui foram realizados pelo telefone. Sendo assim, foi possível observar que a demanda de trabalho, o cansaço e a falta de apoio e suporte para a permanência desses alunos foram os aspectos mais ressaltados, como motivadores dessa evasão. Nesse sentido, apareceram questões relativas à falta de apoio, tendo sido este aspecto apontado por uma aluna, como o principal motivador do abandono. Outro ponto a destacar, como motivador para a evasão, foi necessidade de optar pelo trabalho. Como alguns cursos só se desenvolvem durante o dia, a opção torna-se prioritária, pelas questões financeiras. Em geral, são alunos que têm família e que buscam a UERGS, porque, anteriormente, não tiveram oportunidade de estudo, pelos motivos já discutidos. Muitas vezes, contudo, eles não conseguem se manter na Universidade, pelas necessidades básicas de sobrevivência.

Observo, ainda, que, mesmo os alunos que não abandonaram a Universidade, optam por limitar suas disciplinas, em função das suas condições físicas que acabam dificultando a sua permanência, por muito tempo, em sala de aula.

As questões relacionadas à alimentação e ao transporte também têm levado alguns alunos a repensarem sua permanência na Universidade. A falta de acessibilidade nos transportes, os locais de embarque afastados e os horários limitados são aspectos predominantes nos depoimentos dos entrevistados. A outra demanda diz respeito à alimentação, pois a Universidade não tem restaurante, o que impede, muitas vezes, a permanência dos alunos por um tempo integral.

Quanto à acessibilidade ao espaço físico, lembro que as atividades da Universidade são desenvolvidas, geralmente, em os prédios de escolas estaduais ou outros prédios públicos antigos, que não têm acessibilidade e são difíceis de adaptar. Além disso, os alunos também enfrentam outras dificuldades, como a de bloqueio dos espaços para estacionamentos, que requer a conscientização e mudança de atitude de toda comunidade envolvida com a Universidade. A

acessibilidade, todavia, não se limita a rampas e banheiro adaptado. Apareceram muitas queixas pela baixa iluminação da sala de aula, ou o quadro branco, que interfere significativamente no aproveitamento desse aluno.

A universidade enfrenta dificuldades para dar conta de todas as necessidades de adaptações, pela questão burocrática, que exige licitações; limitações financeiras; e pelas dificuldades do próprio prédio. A instituição tem projeto a ser executado em sete pólos regionais, com prédios próprios e um olhar voltado para a acessibilidade.

Em relação à participação dos alunos em programas esportivos e recreativos, percebi que a universidade não oferece ações específicas, que favoreçam a participação dos alunos nessas áreas. Ressalto, ainda, que algumas ações ocorreram por iniciativas dos próprios alunos e, nesse caso, alguns dos entrevistados afirmaram participar, enquanto outros preferiram não se envolver nessas atividades, por falta de tempo, por timidez e, mesmo, pelas suas limitações físicas.

No que se refere às questões voltadas para o relacionamento com colegas e professores, saliento que, em alguns casos específicos, houve alunos que diziam se sentirem diferentes e excluídos do grupo, alegando timidez e procurando se afastar.

Em outros casos, é possível perceber, nas falas, que os próprios alunos com deficiência assumem posturas aparentemente preconceituosas, por meio de manifestações irônicas, como uma forma de se sentirem parte do grupo. Goffman (1978) discute o sentimento de insegurança, que costuma dominar o indivíduo estigmatizado, à medida que ele nunca sabe se será aceito pelos “normais” ou se será reconhecido pelos seus atributos estigmatizantes. No encontro entre normais e estigmatizados, ambos enfrentarão as causas e efeitos do estigma. O autor diz, ainda, que surge no estigmatizado a sensação de não saber aquilo que os outros estão, realmente, pensando dele e, por isso, se sente “em exibição”.

Percebo que os alunos com deficiência auditiva são os que mais apresentam dificuldades para se relacionar com os demais colegas, enquanto que os alunos com deficiências físicas são os que melhor se relacionam.

No que diz respeito ao relacionamento com os professores, pude observar que alguns fazem muita diferença na trajetória desses alunos. Parece, entretanto, que a maioria dos educadores desconhece as necessidades específicas desses alunos, mas buscam responder a essas demandas, à medida que recebem a solicitação de ajuda, por parte dos alunos. Os discursos evidenciam quase na sua totalidade, o despreparo, por parte dos mesmos, nas questões relativas às deficiências. Isso é apontado como uma das causas da evasão da Universidade.

Esse desconhecimento leva, muitas vezes, a atitudes preconceituosas, em relação a esse aluno, pelo medo de não saber lidar com as questões do cotidiano.

Quanto à percepção dos professores em relação ao desempenho dos alunos com deficiências, foi possível observar que estes são vistos com bom potencial. As queixas apresentadas pelos professores, entretanto, são as mesmas relativas aos demais alunos, ou seja, os problemas na formação de base e não se restringem, portanto, às limitações advindas da deficiência.

Considerações finais

O processo de inclusão dos alunos com deficiência, no Ensino Superior, é compreendido como uma das características de uma ação mais ampla de reestruturação da própria sociedade. Desta forma, foi possível compreender um pouco desse processo, a partir das trajetórias que marcam o cotidiano acadêmico desses alunos. Em função de suas histórias, eles acrescentam singularidades à análise, possibilitando uma compreensão mais ampla do que venha a ser a inclusão, em uma Universidade que implantou o sistema de cotas. Destaco, aqui, o sentido atribuído, por alguns alunos, à universidade nas suas vidas, como a única perspectiva de inclusão social.

É preciso ressaltar, ainda, que o processo de inclusão desses alunos passa por tensões e conflitos, com visível aspecto de preconceitos, como foi possível observar em alguns depoimentos, embora esses preconceitos não sejam explicitados claramente. Destaco, também, o medo da estigmatização, por parte do aluno com deficiência, o que pude perceber, diante do receio na identificação desses alunos, por parte da Universidade. Como aponta Amaral (2001, p. 136), “Dentre as muitas conseqüências da existência dessas condições de diferenças significativas há, especialmente, a qualidade de mobilização de aspectos afetivo-emocionais altamente impregnadores das relações humanas que se estabelece diante da diversidade”.

Nesse contexto, tornam-se compreensíveis algumas das dificuldades da Universidade, no trato com as diferenças associadas à deficiência. Alguns gestores consideram a não identificação do aluno com deficiência, como uma forma de não rotular e preservar esses alunos. Considero, entretanto, que essa realidade denota uma atitude preconceituosa, no sentido de não falar abertamente sobre esse assunto, provavelmente pelo medo do desconhecido.

Falar a respeito desse assunto, possibilita maior conhecimento a respeito do aluno com deficiência, o que poderia facilitar o processo de inclusão. As questões são discutidas, entretanto, à medida que o problema aparece.

Apesar disso, observa-se um empenho, por parte da Universidade, no sentido de dar conta dessas respostas, mas isso ocorre com reais limitações. Nesse sentido, podemos destacar as ações, como a alternativa de buscar par-

ceria com a FADERS, com o objetivo de debater, avaliar e provocar, assim, movimentos de mudanças nos processos, de forma a incluir esses alunos no contexto da Universidade. Essa prática buscou a reflexão, por parte da comunidade universitária, em relação a essa temática. O que observei, entretanto, é que foram estabelecidos poucos espaços de discussões para essas trocas de experiências com professores e alunos. Isso ocorreu, por exemplo, através de palestras sobre políticas públicas voltadas para a inclusão social e educacional das pessoas com deficiências. No entanto, persiste limitação como a ausência de profissionais da própria universidade dedicados a essa questão.

É preciso considerar o fato de a UERGS ser uma Universidade recente e, efetivamente, estar funcionando apenas há seis anos. Portanto, a universidade ainda está em busca de sua solidificação como Universidade pública.

Outro aspecto que considero importante destacar é o fato de a Universidade ser multicampi, o que, muitas vezes, dificulta o surgimento de soluções mais imediatas.

No conjunto das entrevistas, foi evidenciado um entendimento de que a instituição deve proporcionar ações voltadas às questões ligadas às pessoas com deficiência, de modo a possibilitar melhores condições, para que esses alunos desenvolvam o seu processo de aprendizagem em igualdade de condições. Percebi, também, a existência de uma política de ações particularizadas, caracterizada por ações isoladas, na busca de soluções.

Em relação ao que a Universidade pode melhorar, a maioria dos entrevistados sinalizou para as questões de capacitação dos professores da instituição e o desenvolvimento de suportes necessários, para o desenvolvimento de suas atividades, no cotidiano.

A partir dos dados aqui reunidos, é possível afirmar que, no contexto da universidade, os alunos buscam desenvolver estratégias próprias, visando à superação das barreiras com as quais se deparam no cotidiano acadêmico. As dificuldades observadas com relação aos alunos com limitações motoras são aquelas que dizem respeito a atividades que exigem destreza ou atividades de campo. Os alunos com deficiência auditiva também indicam prejuízos, frente à necessidade de um processo de comunicação que facilite as interações. Para os alunos com baixa visão ou cegos, as questões dizem respeito à necessidade de programas específicos e, principalmente, disponibilidade de conteúdos. Foi possível observar, ao longo dessa pesquisa, o desconhecimento, por parte dos alunos, quanto aos seus direitos. Os aspectos mais questionados foram: o passe livre, o acesso a concursos públicos, o programa da saúde de órtese e prótese, entre outros.

Por fim, cabe ressaltar que o aspecto desafiador é tornar a universidade acessível a todos, garantindo, assim, a permanência do aluno. Desse modo, será possível estabelecer um equilíbrio entre a qualidade acadêmica e compro-

misso social, pois, enquanto prosseguirem essas disparidades, na oferta de oportunidades, dificilmente será viável falar em um ensino público de qualidade. Nesse contexto, considero a formação continuada uma medida relevante para enfrentar esse desafio.

Percebo que esse caminho já vem sendo trilhado em parte, e que algumas alternativas têm sido propostas para minimizar as dificuldades. A universidade, entretanto, tem em torno de 4000 alunos e um total de 71 alunos com deficiências, que entraram pelas cotas, desde sua criação, indicando um percentual inferior a 2% do total de alunos. Portanto, torna-se evidente a necessidade urgente da implantação de uma política voltada para essa parcela da população acadêmica, para minimizar lacunas que podem comprometer a garantia de permanência desses alunos no Ensino Superior.

Diante de todas as explanações apresentadas nessas considerações finais, é possível estabelecer algumas conclusões, no que diz respeito aos meus questionamentos iniciais. A implantação do sistema de cotas, para alunos com deficiência nessa Universidade, constitui-se em uma política pública de acesso e democratização do Ensino Superior e está em completa sintonia com os princípios Constitucionais, na garantia de direitos. Isso, entretanto, não tem sido o suficiente para a permanência desses alunos na Universidade. Acredito que a inclusão dos alunos com deficiência, nessa universidade, se encontra em movimento e, de modo geral, vem buscando a constituição de uma mudança de postura da universidade, diante da desigualdade, atribuída aos alunos com deficiências que entraram pelo sistema de cotas. A inclusão dos alunos com deficiência, contudo, ainda merece um olhar mais atento da Instituição, relativo a essa caminhada, que poderá configurar um passo importante, para a construção de políticas institucionais. Espero que esta investigação possa contribuir, de alguma maneira, para proporcionar um amadurecimento no desenvolvimento de políticas públicas que visem ou possibilitem a inclusão desses alunos no Ensino Superior.

Referências

BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevistas e grupos. Tradução: R. M. M. Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade MC deteriorada. 4. ed. Tradução. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1998. (Antropologia social).

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas

Correspondência

Marilú Mourão Pereira - Sofia Veloso, 192/1101 Cep: 90050-140 - Porto Alegre, RS.
E-mail: marilumouraopereira@via-rs.net

Recebido em 15 de fevereiro de 2008
Aprovado em 11 de setembro de 2008

